

Editorial

Flávia Babireski

*Doutoranda, Universidade Federal do Paraná – UFPR
Editora-chefe da RECP*

Abrimos a segunda edição de 2018 da Revista Eletrônica de Ciência Política anunciando algumas mudanças, tanto visuais quanto organizacionais. Parte dessas mudanças foram pensadas há um ano, quando a RECP iniciou um projeto de melhorias internas em seu processo de editoração quanto uma nova proposta visual.

Uma dessas novidades é que agora a RECP passa a ser apresentada em novo layout. As alterações não são apenas de importância estética, e sim, a nova diagramação do seu conteúdo busca ser de leitura mais agradável ao público. Além de adições de informações que buscam dar transparência ao processo editorial, como as datas de submissão e aceite de cada artigo.

A outra mudança, de ordem organizacional, onde abro deixando nosso agradecimento, tenho certeza que posso falar em nome de todos os membros da RECP, à Camila Mont’Alverne, nossa ex editora-chefe que com toda a sua dedicação e esforço na condução da RECP elevou o seu nível e nos deixa uma missão a ser continuada, somos admiradores de seu trabalho e sua competência. Além de eu, Flávia Babireski, assumir o posto de editora-chefe, temos também os novos membros: Igor Sulaiman Borck revisor, Fernanda Cavassana, nossa diagramadora, responsável por colocar em pé o novo projeto gráfico, e por fim, a mais recente e já experiente, que retorna para a RECP, Maria Cecília Eduardo, editora-executiva.

O segundo número de 2018 é composto por sete artigos, mantendo o nosso padrão de sete artigos por edição.

A RECP busca se fortalecer como meio de divulgação de pesquisas em andamento de pós-graduandos em Ciência Política, por isso buscamos publicar trabalhos apresentados em eventos pelo nosso público, como feito nas edições v. 8, n. 2 (2017) e v.8 n.3 (2017), onde divulgamos os trabalhos premiados do V Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política e no v.9 n.1 (2018) com o Dossiê Comportamento Político, Participação e Democracia com trabalhos de destaque apresentados na terceira edição do evento de mesmo nome. Nesse número contamos especialmente com a participação de quatro trabalhos que foram apresentados no XI Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, realizado de 31 de julho à 03 de agosto, na Universidade Federal do

Paraná, três são trabalhos de mestrandos e um de graduado com doutor, no caso orientadora.

Abrindo o número temos o trabalho *Os partidos importam na relação executivo-legislativo local? o caso dos governos municipais petistas em Contagem/MG e Joinville/SC* de Karolina Mattos Roeder (UFPR) que apresenta a análise sobre o sucesso e fracasso das coalizões municipais em um estudo de caso sobre os municípios de Contagem – MG e Joinville – SC. Os resultados demonstram o poder de agenda do Executivo municipal em ambos os casos e a baixa proposição de projetos de lei submetidos ao Legislativo.

O segundo artigo intitulado *Sobre o que os deputados legislam? Um estudo sobre a agenda política legislativa (1995 – 2014)* de autoria de Bhreno Vieira (UFPE) e Mariana Batista (UFPE), apresentado durante o XI Encontro da ABCP, desvenda os principais temas pautados pelos partidos na Câmara dos Deputados através dos projetos de lei, projetos de emenda constitucional e projetos de lei complementar apresentados da 50ª a 54ª legislatura. Os resultados encontrados são que os partidos se assemelham nas proposições, apenas com especificidades nos casos do PT, PSDB e MDB, e os temas giram em torno de assuntos de Administração Pública, Lei e Crime, Finanças e Emprego.

O artigo de Rodrigo Lins (UFPE) e Matheus Cunha (UFPE) *'Radicalismo e redistribuição na América Latina (1990-2010): governos radicais e gastos sociais'* testa a hipótese que governos radicais tenderiam a apresentar maiores gastos sociais, focando na redistribuição de renda. Porém, como demonstrado por meio de um estudo com 19 países da América Latina esta hipótese não se confirma, quando controlada por ideologia, nível de globalização, etc., mas se apresenta positiva quanto ao grau de radicalismo da oposição política.

Os três artigos seguintes são frutos de pôsteres apresentados no XI Encontro da ABCP. *Significados de participação nas decisões de políticas penitenciárias: estudo sobre o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária* de Brenda Félix (UFPI) busca, por meio da análise de conteúdo de 80 atas do Conselho, de 2009 a 2017, identificar as concepções sobre participação política com a finalidade de algum projeto político.

As redes sociais digitais e movimentos sociais é o tema apresentado em *A fronteira entre movimentos sociais e Estado: estudo do Movimento Brasil Livre nas redes sociais digitais* por Caroline Brito Melo (UFPI). Onde a análise se concentra nas estratégias empregadas pelo Movimento Brasil Livre nas redes sociais que apresentaram maior repercussão entre os seguidores acerca do Projeto de Lei Complementar sobre o regulamento do transporte privado individual de passageiros.

Douglas Vinicius Franco (USP) com foco no município de Volta Redonda- RJ, busca explicar em *Company town e especulação imobiliária: um estudo de caso no município de Volta Redonda – RJ* o processo de especulação imobiliária no contexto de uma company town, sob duas dimensões tanto pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) quanto pelo modelo de “cidade empresa” no seu tipo de gestão territorial. Demonstrando a presença de mecanismos de especulação imobiliária em ambos atores.

Por fim, encerramos esse número com a Nota Metodológica de Isabele Mitozo (UFBA) que busca propor uma metodologia de investigação sobre a participação política

em ambiente online, por meios quantitativos e qualitativos, em *Os parlamentos se (re) conectam aos cidadãos: um modelo metodológico de estudo do desenvolvimento de mecanismos digitais para participação política*.

Agradecemos a todos os autores que escolheram a RECP como meio de divulgação de suas pesquisas, e a todos desejamos uma ótima leitura!

Curitiba, dezembro de 2018.